

## GERALDO BASTOS SILVA E A CRÍTICA DO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Giseli Cristina do Vale Gatti<sup>1</sup>  
Universidade Santo Amaro (UNISA)  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
Faculdade de Pitágoras de Uberlândia (PITÁGORAS)

Geraldo Inácio Filho<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

### RESUMO

Comunicação de resultados de investigação sobre o processo de construção e de divulgação do pensamento crítico sobre o ensino secundário brasileiro na obra de Geraldo Bastos Silva nas décadas de 1950 e de 1960. Para tanto, foi necessário apreender o contexto histórico-educacional brasileiro do período; conhecer os aspectos biográficos principais acerca do autor; compreender a forma como se relacionava ao espírito intelectual afeto a sociologia do conhecimento. No âmbito cronológico, o período escolhido compreendeu as décadas de 1950 e de 1960, momento em que as obras matriciais do autor foram publicadas. Em relação à metodologia utilizada, na primeira etapa compreendeu o levantamento da bibliografia e da documentação pertinente. Em seguida, a análise das informações sobre o contexto sócio-histórico internacional e brasileiro no período da investigação. O terceiro passo compreendeu análise dos textos redigidos pelo autor, com levantamento do conteúdo e da bibliografia de referências. As fontes empregadas compreenderam bibliografia geral acerca do contexto histórico, social e educacional, as obras redigidas pelo autor, a documentação proveniente dos órgãos federais da educação pública brasileira e a documentação referenciada nas obras.

Palavras-Chave: Historiografia; Intelectual; Ensino Secundário.

## GERALDO BASTOS SILVA AND THE CRITIQUE OF BRAZILIAN SECONDARY EDUCATION IN THE SECOND HALF OF THE 20TH CENTURY

### ABSTRACT

Communication of results of investigation on the process of creation and disclosure of critical thinking on Brazilian secondary school in the works of Geraldo Bastos Silva in the 1950s and 1960s. For that purpose, it was necessary to understand the Brazilian historical-educational context in that period; to know the main biographical aspects in regard to the author; and understand the manner in which the intellectual spirit was related to the sociology of knowledge. In the chronological sphere, the period chosen included the 1950s and 1960s, the time at which the foundational works of the author were published. In relation to the methodology used, the first step consisted of forming the bibliography and pertinent documentation. Analysis of the information regarding the international and Brazilian context in the period of investigation followed. The third step consisted of analysis of the texts written by the author, with a survey of the content and the reference bibliography. The sources used included a general bibliography regarding the historical, social and educational context, the works written by the author, the documentation proceeding from federal agencies of Brazilian public education and the documentation referred to in his works.

*Keywords:* Historiography; Intellectual; Secondary School.

## Introdução

Gianni (2002) informa que Geraldo Bastos Silva nasceu em Maceió, Alagoas em 31 de julho de 1920 e faleceu no Rio de Janeiro em 10 de janeiro de 1992. Entre os anos de 1940 e 1943, integrou a primeira turma do Curso de Pedagogia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. A partir de então, sua trajetória de vida voltou-se para as questões ligadas a educação. No ano de 1946, ingressou como Inspetor de Ensino no então Ministério da Educação e Saúde Pública. Entre os anos de 1948 a 1950, foi professor assistente na faculdade na qual se formou.

Em sua atuação no campo educacional teve contato com inúmeros intelectuais brasileiros, tais como Almeida Júnior, Durmeval Trigueiro Mendes, Gildásio Amado, Carlos Pasquale, Carlos Mascaro, Jaime de Abreu, Armando Hildebrand, entre tantos outros. Em 1959, foi signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Mais uma Vez Convocados, a propósito dos debates em torno do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Atuou ainda no Grupo de Trabalho, criado por meio do Decreto no. 66.600, com o objetivo de elaborar o Projeto de Reforma do Ensino de 1º. E 2º. Graus, o que resultaria na Lei 5.692/71. Faziam parte desse grupo de trabalho o Padre José Vasconcelos (Presidente), Valnir Chagas (Relator), Aderbal Jurema, Clélia de Freitas Capanema, Eurides Brito da Silva, Gildásio Amado, Magda Soares Guimarães e Nise Pires. Porém, dada a discordância de Geraldo Bastos Silva com a transformação do ensino de Segundo Grau em profissionalizante, ele abandonou o grupo, demonstrando seu desagrado, por meio de carta que foi publicada no Jornal do Brasil (Gianini, 2002).

No Ministério de Educação e Cultura (MEC) participou do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) que visava desenvolver programas e ações decorrentes do acordo do MEC com a “United States Agency for International Development”, conhecidos como acordo MEC- USAID, quando encerraria sua carreira no campo educacional brasileiro.

O traço marcante do trabalho de educador era, sem dúvida, seu caráter crítico em relação aos debates relacionados à educação pública brasileira. Esse espírito crítico de Geraldo Bastos Silva foi importante para o desenvolvimento de sua primeira obra escrita intitulada “Educação e Desenvolvimento Nacional”, de 1957, parte da coleção “Textos Brasileiros de Sociologia”, veiculada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), composta por nove capítulos, nos quais procedeu análise sociológica sobre o fenômeno educacional brasileiro.

Em 1959, publicou obra intitulada “Introdução Crítica do Ensino Secundário”, segundo o autor, fruto de vinte anos de leituras, reflexões e estudos acerca do ensino secundário. A referida obra foi publicada pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), do MEC. Nessa obra, dividida em oito capítulos, o autor faz uma análise crítica a respeito do ensino secundário brasileiro, abordando a questão da função seletiva desse nível de ensino, bem como as influências dos modelos francês e inglês de ensino secundário que influenciaram o contexto brasileiro e o processo de uniformização desse nível de ensino no Brasil.

A partir de novos estudos e reflexões dedicados ao ensino secundário brasileiro, Geraldo Bastos Silva escreve uma nova obra em 1969, com o título “A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria” que é uma edição revisada da obra lançada em 1959, trazendo uma análise dos problemas mais gerais e da prática da educação secundária, tornando-a assim mais rica e completa.

### Contexto educacional brasileiro de 1950 a 1960: desenvolvimentismo e pragmatismo

Desde os anos 30 do século XX, debates a respeito de temas nacionais já chamavam atenção para questões voltadas para uma política de autonomia nacional e pelo incremento dos processos de industrialização. Mas, somente a partir da década de 1950 que essas questões ganhariam força, em função de uma nova conjuntura política e econômica que se apresenta não apenas no Brasil, mas também em toda América Latina.

Nesse sentido, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), criada em 1948<sup>3</sup>, enfatizava a “[...] necessidade da utilização por parte dos governos latino-americanos de técnicas de planejamento para a implementação do desenvolvimento econômico” (TOLEDO, 1986, p.226).

No campo econômico foi criado no Brasil, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), constituindo um marco de estratégias estatais com vistas ao desenvolvimento do Brasil, em meio a um período fértil de grandes discussões em torno da necessidade de modernização econômica, política, social e cultural. Essas discussões procuraram encontrar uma forma de ruptura com o seu passado colonial brasileiro, buscando dar um novo ânimo à economia brasileira na busca de sua autonomia por meio dos processos de industrialização.

Para tanto, seria necessário elaborar um planejamento de ações concretas por parte do Estado, com intuito atingir esse objetivo. Em consonância com o pensamento da época, a participação de intelectuais brasileiros foi muito importante para sistematizar a ideologia desenvolvimentista, mas também para articular ideias que levassem à elaboração de um projeto educacional alinhado aos ideais do Estado. Nesse sentido, dois importantes órgãos vinculados ao Ministério da Educação e Cultura são criados. São eles o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>4</sup> e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)<sup>5</sup>. Esses dois órgãos foram responsáveis por fomentar o pensamento desenvolvimentista, utilizando uma política educacional que se aproximava do pragmatismo de Dewey. Segundo Santos o desenvolvimentismo,

[...] é visto como uma estratégia política utilizada na condução de um determinado modelo econômico para o país, o desenvolvimentismo enfatizava a defesa da industrialização como passo estratégico para uma política de autonomia econômica e como requisito indispensável para a soberania nacional. Ainda nessa linha, defendia a nacionalização do processo econômico e a inclusão de massas urbanas na coalizão política (1978, p.40).

Compunham o grupo de intelectuais vinculados ao ISEB nomes como os de Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Almeida Salles, Miguel Reali, entre outros. Esse importante órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura foi responsável pela publicação de estudos significativos para o debate nacional em torno do desenvolvimento e do papel da educação nesse processo, o que incluiu em 1957, a propósito, um texto de autoria de Geraldo Bastos Silva “Educação e Desenvolvimento Nacional”.

Esse desenvolvimentismo articulado às ideias desenvolvimentistas presentes no ISEB e em conexão com o escolanovismo presente no INEP, com liderança de Anísio Teixeira, formaram um núcleo de difusão de ideias e ações junto ao Estado brasileiro. Anísio Teixeira esteve à frente do INEP entre 1952 e 1964, onde daria ênfase ao trabalho

de pesquisa e de formação do magistério, articulando-se com importante grupo de intelectuais, dentre os quais Geraldo Bastos Silva. A partir desse órgão, Anísio Teixeira objetivava estabelecer centros de pesquisa como meio de gerar bases científicas para a reconstrução educacional do Brasil, ideia concretizada a partir de 1955.

Assim, ainda em 1955, Anísio Teixeira procurou estabelecer por meio do INEP, centros de pesquisa, como forma de gerar bases científicas para a reconstrução educacional do país. Essa ideia concretizou-se, com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sede no Rio de Janeiro e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Outra iniciativa importante no campo educacional se deu com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), em 1953, cujo objetivo consistia em elevar o nível do ensino secundário. Nesse período, o educador Anísio Teixeira, considerado o maior expoente das ideias disseminadas por Dewey no Brasil, deixa claro a necessidade de estabelecer diretrizes dinâmicas no diz respeito à educação no país, sendo possível perceber sua intenção, a partir do discurso de posse como diretor do INEP, quando afirma que

As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar, em a nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira, ajudada pelos planos de assistência técnica e financeira com que este Ministério irá promover e encorajar todos os esforços úteis e tôdas as iniciativas saudáveis, que as energias insuspeitadas da liberdade e da autonomia irão fazer surgir em todo o Brasil. Os estudos do INEP deverão ajudar a eclosão dêsse movimento de consciência nacional indispensável à reconstrução escolar. (TEIXEIRA, 1953)

Nesse sentido, Anísio Teixeira propunha fazer do INEP um instrumento de reconstrução da escola por meio da preparação adequada de seus representantes, além de formar a consciência educacional, necessários para atingir os objetivos do nacional-desenvolvimentismo.

Assim, a partir dessas necessidades, Anísio Teixeira traduz a importância em se estabelecer um plano nacional de educação que fosse capaz de reestruturar o ensino brasileiro, preocupando-se, não apenas com sua expansão, mas, também, com o novo papel que a escola deveria assumir a partir dos novos objetivos que agora se configuravam no novo cenário do desenvolvimento nacional. O pragmatismo, influência americana, que tem como principais articuladores Pierce, Dewey e James, segundo Cuin e Gresle (1994),

[...] pressiona os sociólogos a abandonarem a tradição especulativa dos construtores de grandes sistemas teóricos em proveito da elaboração de conhecimentos realmente positivos – ou seja, totalmente libertos de ideologias políticas e sociais, baseados na pesquisa empírica indutiva, permitindo aplicações sociais imediatas. A crença no progresso continua portanto, fundamental na sociologia americana [...]; só que esse progresso não passa mais pela reforma moral, e sim pela ação social cientificamente conduzida (1994, p.187-8)

Nas palavras de Dewey,

Quando as conclusões das pesquisas sobre o homem são deixadas fora do programa de ação social, as políticas sociais ficam necessariamente privadas da direção que o conhecimento do homem lhes poderia dar e que lhes deve dar para que a ação social não venha a ser dirigida pelo mero precedente ou costume, ou então, pelas felizes intuições das mentes individuais. (1963, p.51)

Assim, o pragmatismo de Dewey coadunava-se com o momento desenvolvimentista que acontecia no país e foi traduzida, por exemplo, no Plano Nacional de Educação. Nesse sentido, os esforços para reorganizar o modelo de escola até então existente, direcionava em promover a formação das elites letradas que deveriam representar o governo e de outro formar a massa trabalhadora, que seria o capital humano da sociedade. Segundo Mendonça (2006),

[...] a retomada dos pressupostos do pragmatismo de Dewey, aplicado as esferas da gestão e do planejamento educacional, bem como a realidade concreta das escolas, estaria também o que se convencionou denominar experimentalismo pedagógico, que consistia na aplicação do método experimental aos programas de ensino e orientações curriculares de algumas instituições criadas especificamente com essa finalidade (p.10).

A escola imaginada por Anísio Teixeira era aquela que se firmava nos moldes da vida da comunidade, a partir de sua realidade desvinculando do antigo modelo de escola, tornando-se assim mais ativa e que segundo ele, a concretização dessa educação estaria vinculada a uma escola que tem que se fazer prática e ativa e não passiva e expositiva, formadora e não formalista (Teixeira, 1953, p.42).

Cabe então ressaltar que tanto INEP quanto o ISEB foram dois órgãos de extrema importância para busca de uma política de reconstrução educacional, pois ambos circulavam pelos mesmos espaços da esfera pública e compartilham de um mesmo objetivo; acabar com dependência econômica e social do país, por meio do desenvolvimento de um pensamento político baseado em conhecimento científico que orientaria as ações do Estado.

### **Historiografia do ensino secundário em Geraldo Bastos Silva**

Geraldo Bastos Silva dedicou parte de sua vida as questões ligadas a educação, atuando tanto como professor, como em cargos vinculados ao Ministério da Educação e Cultura, ou ainda produzindo textos, relatórios, bem como escrevendo livros. Esteve sempre focado nos assuntos relacionados ao ensino secundário, tanto nas várias obras publicadas, dentre as quais merece destaque “A Educação Secundária: Perspectiva Histórica”, de 1969.

Vale ressaltar que os interesses voltados à industrialização e a busca de desenvolvimento presentes nos órgãos governamentais da época e a significativa presença de intelectuais direcionando as ações na sociedade denotam uma influência da sociologia do conhecimento que, no caso de Geraldo Bastos Silva e outros intelectuais dessa geração, podem ser buscados, por exemplo, em Karl Mannheim (1893-1947). Segundo Outhwaite e Bottomore (1996),

Mannheim acreditava que a sociologia do conhecimento estava destinada a desempenhar importante papel na vida intelectual e política [...] acreditava plenamente que tal sociologia exerce um importante efeito transformador sobre seus praticantes: a sociologia do conhecimento convoca os intelectuais a cumprirem sua vocação maior, que é a realização de síntese. Muda o relacionamento deles com as partes conflitantes na sociedade, na medida em que lhes propicia distanciamento e visão de conjunto. Mas na concepção de Mannheim dos modos específicos como tal sociologia poderia afetar o estado de conhecimento político flutuou e mudou (p.746).

Na perspectiva de Mannheim, todo grupo social produz de acordo com a época, a partir de sua função social, um conhecimento original. Partindo desse ponto, ele afirma que,

[...] as classes dominantes destilariam “ideologia” que legitimariam a ordem existente, ao passo que as “utopias” das classes dominadas as orientariam para modificação dessa ordem. Só uma intelligentsia liberada de seus traços sociais seria capaz de fazer a síntese entre essas verdades parciais (CUIN e GRESLE, 1994, p.183).

Essa intelligentsia, segundo Martins (1986, p.1),

[...] reveste-se de duas características que, por si sós, resumem as dificuldades que se colocam para a compreensão dos fenômenos por ela designados: a) é controversa a origem do termo, tendo ela servido para a identificação de intelectuais que aparecem simultaneamente em contextos políticos distintos (na Rússia e na Polônia, durante o século XIX) (1); b) posteriormente, o termo foi empregado para designar coisas diferentes: tanto o conjunto dos intelectuais de um dado país [...] como os grupos mais restritos de intelectuais que se fazem notar por sua capacidade de fornecer uma visão compreensiva do mundo, por sua criatividade e/ou por suas atividades direta ou indiretamente políticas (Mannheim, 1956; Lipset, 1971; Schils, 1972).

No caso brasileiro, a origem dessa intelligentsia se deu com a criação do ISEB, do qual Geraldo Bastos Silva fez parte em conjunto com outros intelectuais, com o intuito de debater os problemas nacionais e procurar elaborar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, fazendo com que o país, até então considerado uma sociedade de caráter rural, passasse a ser uma sociedade de cunho industrial. Esse órgão era o aparelho que o Estado utilizava como base de sustentação ideológica nesse processo de transição pelo qual o país passava desde os anos 30 do Século XX (SOUZA, 2009, p.8). Assim, há de se definir o que seria o intelectual. Segundo o Dicionário do Pensamento Social do Século XX,

Os intelectuais não são apenas zeladores de ideias e mananciais de ideologias, mas, diferentemente dos eclesiásticos medievais ou dos modernos fanáticos políticos, tendem ao mesmo tempo a manter uma atitude crítica. São indivíduos que pensam de forma diferente e que

tendem a ser perturbadores da complacência e da acomodação (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p.386-7).

Nessa perspectiva, Geraldo Bastos Silva e outros intelectuais da época reafirmavam a ideia de educação pública sob a responsabilidade do Estado. E, por isso mesmo, esse importante educador, fez-se presente como um dos signatários do Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados em 1959, reafirmando esse ideário liberal já exposto no ano de 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Neste novo manifesto enfatizava-se que

[...] somos todos os que assinamos esse Manifesto, educadores, republicanos e democráticos, fiéis aos mais altos valores da tradição liberal. E, quando se trata de problemas como os da educação, entendemos que essa é “uma das questões cujo terreno (as palavras são de Rui Barbosa) são intrusas as paixões políticas, questão que devemos todos concorrer com a consciência limpa de antagonismos pessoais e de que se deve banir o gênio da agitação, como mau companheiro da ciência e, nestes domínios, perigoso inimigo da verdade (MANIFESTO DOS PIONEIROS MAIS UMA VEZ CONVOCADOS, 1959).

Os intelectuais que foram signatários desse Manifesto acreditavam que as mudanças que deveriam se instalar no meio social, só seriam possíveis por meio da educação, portanto a educação pública e de qualidade daria a todos as mesmas oportunidades de crescimento, em outras palavras a educação seria o instrumento de transformação de toda uma nação brasileira. Nesse sentido, Geraldo Bastos Silva assume uma postura de crítica no que diz respeito ao ensino secundário. Segundo ele,

[...] uma das características do ensino secundário, enquanto tipo de ensino, era ter por finalidade a formação educativa das minorias sociais, das elites, “das individualidades condutoras”. Partindo-se dessa perspectiva, [...] o ensino secundário era um ensino de classe, um ensino devotado a valores e ideais aristocráticos ou aristocratizantes, um ensino acentuadamente de inutilidades ornamentais. (SILVA, 1969, p.20)

Embasados na afirmação de Silva, essas escolas de nível secundário trazem então a marca da seletividade, ou seja, essa escola era destinada a perpetuar as classes sociais chamadas de “elite”, e para uma pequena minoria uma forma de buscar ascensão social. Essa escola ainda nas palavras de Silva era triplamente seletiva no sentido social, pois esses alunos provinham de classes sociais mais elevadas; pedagogicamente, pois seus alunos eram recrutados, desde o nível elementar, por meio de classes ou escolas preparatórias e profissionalmente, pois essas instituições visavam habilitar com exclusividade às ocupações que exigiam estudos em nível superior (SILVA, 1969, p.24).

Por isso a Lei Orgânica do Ensino Secundário foi alvo de críticas por parte dos intelectuais da época, por privilegiar uma parcela exclusiva da sociedade, como pode ser percebido na exposição de motivos redigida pelo próprio Capanema em 1942,

É que o ensino secundário se destina à preparação de individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das

concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo (CAPANEMA, 1942)

Assim, é possível perceber que em vez de um caráter democratizante de ensino, a reforma Capanema representou, em verdade, uma forma de manter nas mãos da elite o controle da expansão desse nível de ensino, direcionado então aos jovens de famílias bem posicionadas na sociedade que deveriam conduzir os destinos da nação.

Nesse período, ocorreram ainda debates a respeito do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases, que buscavam os princípios de democratização e dos direitos sociais em conexão com o movimento nacional-desenvolvimentista. E no terreno em que tramitavam essas discussões ocorreram duas tentativas de atualizar o ensino secundário. Citamos aqui o projeto do Deputado Nestor Jost em 1954:

O projeto Jost, como passou a ser chamado, misturava elementos de simplificação e flexibilidade curricular com os princípios centralizadores da lei orgânica de 1942. Previa como o das diretrizes e bases, disciplinas obrigatórias e optativas. Reduzia, em relação à lei orgânica, o total de disciplinas por ciclo, e limitava o número de disciplinas por série (de 6 a 8). Não fixava o número de disciplinas optativas, mas a margem que lhes oferecia era pequena, pois destinava o mínimo de 15 aulas semanais (de um total de 20) para disciplinas obrigatórias. Uma das alterações em relação à lei orgânica, era a não prefixação da seriação das matérias; aparentemente deixava-a livre às escolas. Não obstante esta abertura no sentido da autonomia escolar, o projeto Jost caracteriza nítida centralização federal (em divergência, neste aspecto, com as tendências do projeto de diretrizes e bases). Estabelecida, por exemplo, que as disciplinas optativas obedeceriam as normas a serem expedidas pelo Ministério da Educação; também mantinha dependentes de instruções federais o processo de provas e exames e as condições de habilitação em cada série (AMADO, 1973, p. 56-7).

Porém, segundo Silva (1969, p.378-9), em virtude de controvérsias geradas por esse projeto, foi apresentada um novo substitutivo pelo Sr. Raimundo Padilha, em sentido oposto ao que foi apresentado no projeto Jost.

Diante do exposto e dos ideais de educação que esse intelectual apresenta, afirmando que a escola existe para realizar fins determinados, atender as necessidades surgidas no processo da vida social e resolver problemas relacionados com a continuidade e a expansão da vida coletiva, fica claro a discordância com Capanema e suas Leis Orgânicas do Ensino Secundário que privilegiaram uma classe social em detrimento de outra, não oportunizando as mesmas condições de inserção ao ensino secundário, sendo esse nível destinado as “elites condutoras”, responsáveis em conduzir o desenvolvimento da nação, o que feria os ideais daqueles intelectuais que preconizaram a escola pública, gratuita, de qualidade, democrática e laica, entre os quais, Geraldo Bastos Silva.

### **Considerações finais**

Em termos de vinculação do autor a sociologia do conhecimento, à semelhança de outros intelectuais brasileiros da época, pode-se perceber, o entendimento do papel atribuído aos intelectuais, em especial, a partir de Karl Mannheim, no que se refere ao entendimento da sociologia do conhecimento

[...] como um modo pedagógico mas também político, de enfrentar as outras forças que compõem o processo dual de racionalização e individualização identificado por Max Weber, e comparável à psicanálise, age para emancipar homens e mulheres a fim de que realizem escolhas racionais e responsáveis, libertando-as da subserviência a forças ocultas que eles não podem controlar; [...] como arma contra os mitos predominantes e como método para eliminar inclinações da ciência social, para que ela possa dominar os problemas públicos fundamentais da época e guiar uma conduta política apropriada”(VOLKER; STEHR, 1996, p.746).

## Referências

ALMEIDA, M. H. T. (1989). Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (Org). História das Ciências Sociais no Brasil (v.1). São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais: IDESP.

AMADO, G. (1973). Educação Média e Fundamental. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973.

BRASIL (1942). Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário. In: Ensino Secundário no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

CUIN, C.-H. e GRESLE, F. (1994). História da Sociologia. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. Ensaio. 287p.

DEWEY, J. (1970). Liberalismo, Liberdade e Cultura. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP. 261p.

GIANINI, R. (2002). Geraldo Bastos Silva. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A.; MEDEIROS, Jader (Orgs.). Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília/DF: MEC/INEP-COMPED.

MARTINS, L. (1986). A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920-1940). Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_04/rbcs04\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm). Acessado em 09 de maio de 2012.

MANIFESTO DOS PIONEIROS MAIS UMA VEZ CONVOCADOS (1959). Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/Manifesto59.pdf>. Acessado em 09 de maio de 2012.

MENDONÇA, A. W. P. C. e outros (2006). Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos 1950/1960. Revista Brasileira de Educação. v.11, ano 31. Rio de Janeiro. p. 1-15.

NUNES, C. (2000). O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. In: Revista Brasileira de Educação. Campinas/SP. Autores Associados; Rio de Janeiro: ANPED. No. 14 (Especial – 500 Anos de Educação Escolar). p. 35-60.

SANFELICE, J. L. (2007). O Manifesto dos Educadores (1959) à Luz da História. Educação e Sociedade, v.18, n. 99. p.542-557.

SANTOS, W. G. (1978). Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades. 172 p.

SCHWITZMAN, S.; BOMENY, H. M. B. e COSTA, V. M. R. Tempos de Capanema. Disponível em: <http://schwartzman.org.br/simon/capanema/capit6.htm>. Acessado em 09 de maio de 2012.

SILVA, G. B. (1969). A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Atualidades Pedagógicas, v.94). 416 p.

SOUZA, E. R. (2009). O ISEB e o nacional-desenvolvimentismo. A intelligentsia brasileira nos anos 50. Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades, n.4. p.1-16.

TEIXEIRA, A. (1952). Discurso de Posse do Prof. Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.17, n.46. Disponível em <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/produde.htm>. Acessado em 09 de maio de 2012.

TEIXEIRA, A. (1953). A crise educacional brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v.19, n.50. Disponível em <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/produde.htm>

TOLEDO, C. N. (1986). ISEB: fábrica de ideologias. Campinas: Editora da UNICAMP. 224 p.

VOLKER, M; STEHR, N. Sociologia do Conhecimento. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (1996). Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. p.744-7.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, com pós-doutorado concluído na mesma universidade, sob a supervisão do Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, mediante apoio da FAPEMIG. Atualmente é professora da Universidade Santo Amaro e da Faculdade Pitágoras de Uberlândia. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Professora-pesquisadora da Universidade Aberta do Brasil. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia (NEPHE/UFU) e do Grupo de Pesquisa Observatório de Cultura Escolar da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (OCE/UFMS). E-mail: giseli.vale.gatti@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado concluído na Universidade de Lisboa. Professor de História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: gifilho@faced.ufu.br

---

<sup>3</sup> A Comissão Econômica para América Latina e Caribe, foi criada em 25/02/1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas na cidade de Santiago no Chile. A CEPAL foi criada com o objetivo de monitorar as políticas direcionadas a promoção do desenvolvimento econômico na região latino-americana.

<sup>4</sup> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros ou ISEB foi um órgão criado em 1955 e dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinado ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais.

<sup>5</sup> O Inep foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, sendo chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia. No ano seguinte, o órgão iniciou seus trabalhos de fato, com a publicação do Decreto-Lei nº 580, regulamentando a organização e a estrutura da instituição e modificando sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Recebido em março de 2012

Aprovado em maio de 2012